SUMÁRIO

TEORIA GERAL DO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL 11

1. Visão Geral 11

1.1. Conceito 11
1.2. Natureza e função da atividade 11
1.3. Classificação 12
1.4. Incompatibilidade 13
1.5. Impedimentos 14
1.6. Acumulação de serventias 15

2. Regime Jurídico 15

2.1. Legislação e normas 15
2.2. Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça 16
2.3. Conselho Nacional de Justiça 16
2.3.1. Código Nacional de Normas 16
2.4. Decisões judiciais 17
2.4.1. Decisões jurisdicionais 18
2.4.2. Decisões administrativas com caráter vinculativo 18
2.4.3. Decisões administrativas sem caráter vinculativo 18

3. Regulação da Atividade 19

3.1. Fiscalização 19
3.1.1. Corregedoria Nacional de Justiça 20
3.1.2. Corregedorias Gerais locais 20

4. Emolumentos 21

4.1. Introdução 21
4.2. Conceito 21
4.3. Natureza jurídica 21
4.4. Bem jurídico tutelado 22
4.5. Classificação dos atos 22

4.6. Procedimentos 23
4.7. Selos 23

5. Princípios Gerais da Atividade 25

5.1. Introdução 25
5.2. Princípio da Publicidade 26
5.3. Princípio da Autenticidade 26
5.4. Princípio da Segurança 27
5.5. Princípio da Eficácia 27

6. Notários e Registradores 27

6.1. Ingresso na atividade 27
6.2. Espécies de outorga 27
6.3. Concurso público 28
6.4. Provimento da serventia 29
6.5. Seguridade social 30
6.5.1. Regime jurídico anterior 30
6.5.2. Regime jurídico atual 30

7. Prepostos 30

7.1. Introdução 30
7.2. Espécies 31
7.3. Titular da serventia 32
7.4. Interinidade 32
7.5. Intervenção 33
7.6. Escreventes 33
7.7. Auxiliares 33
7.8. Contratados 34

8. Extinção da Atividade 34

8.1. Introdução 34
8.2. Fases 35
8.3. Classificação 35
8.4. Efeitos 36

9. Direitos e Deveres 36

9.1. Introdução 36
9.2. Função correicional 37
9.2.1. Espécies de correição 38
9.2.2. Órgãos de fiscalização 38
9.3. Reponsabilidade civil 38

9.3.1. Pressupostos 39
9.3.2. Espécies 39
9.4. Reponsabilidade do Estado 40
9.5. Reponsabilidade criminal 41
9.6. Reponsabilidade trabalhista 41
9.7. Reponsabilidade fiscal 42

10. Infrações Disciplinares 43

10.1. Introdução 43
10.2. Condutas repreendidas 44
10.3. Penalidades 44
10.3.1. Introdução 44
10.3.2. Conceito e natureza jurídica 44
10.3.3. Classificação 44
10.3.3.1. Repreensão 45
10.3.3.2. Multa 45
10.3.3.3. Suspensão 45
10.3.3.4. Perda da delegação 45
10.3.3.5. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) 45

11. Processo Administrativo Disciplinar 46

11.1. Introdução 46
11.2. Conceito 47
11.3. Natureza jurídica 47
11.4. Procedimento administrativo 47
11.5. Sentença 47
11.6. Prescrição 47
11.7. Reabilitação 48

TEORIA GERAL DO PROTESTO 49

1. Visão Geral 49

1.1. Conceito 49
1.2. Natureza jurídica 50
1.3. Características 50
1.4. Regime jurídico 51
1.5. Pressupostos 51
1.6. Efeitos 52

2. Espécies 52

2.1. Quanto à função 52

2.1.1. Protesto necessário 52
2.1.2. Protesto facultativo 53

2.2. Quanto ao tipo 54
2.2.1. Protesto comum 54
2.2.2. Protesto especial para fins de falência 54

2.3. Quanto ao motivo 54
2.3.1. Por falta de pagamento 54
2.3.2. Por falta de aceite 55
2.3.3. Por falta de devolução 56
2.3.4. Por falta de data no aceite 57

3. Princípios 57

3.1. Princípios normativos 57
3.1.1. Princípio da Autenticidade ou veracidade 57
3.1.2. Princípio da Publicidade 58
3.1.3. Princípio da Segurança Jurídica 64
3.1.4. Princípio da Eficácia 65

3.2. Princípios doutrinários 65
3.2.1. Princípio da Oficialidade 65
3.2.2. Princípio da Unitariedade 65
3.2.3. Princípio da Insubstitutividade 66
3.2.4. Princípio da Celeridade 66
3.2.5. Princípio da Formalidade Mitigada 66
3.2.6. Princípio da Rogação 67

3.3. Demais princípios 67

4. Títulos Protestáveis 68

4.1. Visão Geral 68
4.2. Princípios 69
4.2.1. Princípio da Literalidade 69
4.2.2. Princípio da Cartularidade 69
4.2.3. Princípio da Autonomia 70

4.3. Classificação 70
4.3.1. Quanto ao modelo 70
4.3.2. Quanto à estrutura 70
4.3.3. Quanto às hipóteses de emissão 71
4.3.4. Quanto à circulação 71

4.4. Títulos de Crédito 72
4.4.1. Nota promissória 72
4.4.2. Cheque 72
4.4.3. Duplicata 73

4.4.3.1. Noções gerais 73
4.4.3.2. Duplicata eletrônica 74
4.4.3.3. Duplicata de venda mercantil 76
4.4.3.4. Duplicata de prestação de serviço 76
4.4.4. Letra de câmbio 77
4.4.5. Cédula de Crédito Bancário 78
4.5. Outros Documentos de Dívida 78
4.5.1. Noções gerais 78
4.5.2. Certidão de Dívida Ativa (CDA) 80
4.5.3. Encargos condominiais 81
4.5.4. Locação 82
4.5.5. Títulos judiciais 83
4.5.6. Título Executivo Extrajudicial 84

ESTRUTURA DO TABELIONATO DE PROTESTO 87

1. Atribuições 87

2. Escrituração 88

2.1. Visão geral 88
2.2. Livro Protocolo 89
2.3. Livro de Protesto 89
2.4. Índices 91
2.5. Arquivos 91

3. Conservação 93

4. Ordem dos Serviços 97

5. Distribuição 97

6. Emolumentos 99

6.1. Previsão legal 99
6.2. Depósito prévio 101
6.3. Cotação dos atos praticados 102
6.4. Digitalização e gravação eletrônica 102
6.5. Isenções e gratuidade 103
6.6. Microempresário e empresa de pequeno porte 103

PROCEDIMENTO DO PROTESTO 105

1. Apresentação 105

1.1. Apresentante 105
1.2. Forma da apresentação 106

1.3. Protocolização 107
1.4. Recibo ou formalização da apresentação 108
1.5. Responsabilidade pelas informações fornecidas 108
1.6. Da apresentação eletrônica 108

2. Qualificação 110

2.1. Noções gerais 110
2.2. Títulos em moeda estrangeira 112
2.3. Títulos sujeitos à correção 114
2.4. Títulos de crédito eletrônicos 115
2.5. Protesto para fins falimentares 117
2.6. Cheques 118

3. Intimação 121

3.1. Noções gerais 121
3.2. Intimação convencional 122
3.3. Empresas representantes 125
3.4. Intimação por edital 126
3.5. Intimação no protesto especial para fins de falência 128

4. Desistência 128

4.1. Admissibilidade 128
4.2. Legitimidade para requerer 129
4.3. Forma do requerimento 129
4.4. Efeitos da desistência 129

5. Sustação 130

5.1. Conceito 130
5.2. Efeitos 130
5.3. Procedimento 130
5.4. Emolumentos 132
5.5. Do Provimento 253 de 2026 do CNJ 132

6. Contraprotesto 135

7. Pagamento 136

7.1. Legitimados 136
7.2. Forma 137
7.3. Prazo 138
7.4. Quitação dada pelo tabelião 138

8. Registro 139

8.1. Lavratura e registro 139
8.2. Requisitos 140
8.3. Prazo 142

9. Renegociação de Dívidas 144

9.1. Regime jurídico 144
9.2. Disposições gerais 145
9.3. Procedimento 145

10. Retificações 147

10.1. Noções gerais 147
10.2. Retificação de erro material 147
10.2.1. Conceito 147
10.2.2. Forma 148
10.2.3. Legitimidade 148
10.3. Retificação de erro substancial 148

11. Cancelamento 149

11.1. Conceito 149
11.2. Cancelamento administrativo 149
11.2.1. Noções gerais 149
11.2.2. Legitimidade para requerer 150
11.2.3. Carta de não anuência do credor 151
11.3. Cancelamento judicial 152
11.4. Formalização do cancelamento 152

12. Publicidade 153

12.1. Publicidade formal 153
12.2. Alcance e limites da publicidade 154
12.3. Expedição de certidões 154
12.4. Homonímia 155
12.5. Certidão diária em forma de relação 156
12.6. Informações e cópias 156
12.7. Serviço centralizado para prestação de informações e fornecimento de certidões 157
12.8. Dos Provimentos 225 e 253 do CNJ 157

13. CENPROT 161

JURISPRUDÊNCIA E MODELOS DE PEÇAS 165

1. Decisões do STJ 165

1.1. Protesto de outros documentos de dívida 165
1.2. Protesto de CDA 166
1.3. Intimações 167
1.4. Prazo 167
1.5. Dano moral pelo protesto de irregular 167
1.6. Cumulação de atribuição do Tabelião de Protesto 168
1.7. Recuperação judicial e suspensão e cancelamento de protesto 169

2. Modelos de Peças 170

2.1. Protesto 170
2.1.1. ANEXO I – MODELO DE TERMO DE PROTESTO 170
2.2. Nota de Recusa 171
2.2.1. ANEXO II – MODELO DE NOTA DEVOLUTIVA 171
2.3. Proposta Negocial Prévia ao Protesto 172
2.3.1. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA NEGOCIAL DO CREDOR 172
2.4. Termo de Renegociação com Cancelamento - após 1ª Parcela 173
2.4.1. ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA E AUTORIZAÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO 173

Referências 175